VISÃO DA REALIDADE POLÍTICA BRASILEIRA*

ARMINDO GUEDES DA SILVA**

O mundo sempre viveu em constante efervescência política e social. Mas neste final de século, os problemas que desafiam nosso tempo se apresentam com extensão nunca antes atingida.

A sociedade de massa e do consumo está exigindo profundas mudanças nas concepções e formas de vida societária. Não só o governo, porém o homem também terá que se preparar para enfrentar os grandes problemas que inquietam os pensadores do Ocidente e ameaçam nossa civilização.

Em trabalho que intitularam "Estratégia para amanhã", Pestel e Mesarovic, dois autores norte-americanos, advertem que no começo do século XXI, a Terra aumentará tanto em um ano só quanto nos dois primeiros séculos. Afirmam também que, se a política agrária e demográfica da Ásia não for alterada, 500 milhões de crianças de 1 a 15 anos vão morrer nos próximos 25 anos.

O mundo foi como que encurtado pelos meios de comunicação e, em razão direta, quase todos os países enfrentam problemas políticos idênticos, que geram em cada comunidade as mesmas inquietações, ou idênticos anseios. Por toda parte, o terrorismo continua ceifando vidas e alastrando a insegurança. Atualmente, há instabilidade política em quase todas as nações. A cada momento, são derrubados governantes por golpes de Estado.

Para enfrentar esses desafios, cada Estado terá de impor alterações em sua organização política. Cuidar primeiramente de sua ordem interna.

Quanto às nações subdesenvolvidas ou em processo de desenvolvimento, não estão elas a necessitar, prioritariamente, de ajuda financeira nem de proteção bélica dos países desenvolvidos. Reclamam urgentemente colaboração de ordem cultural para sair do atraso em que vivem. Necessitam desenvolver-se politicamente antes de alcançarem qualquer outro tipo

* Conferência pronunciada na Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, Delegacia em Goiás, em 15 de setembro de 1975.

** Professor da Universidade Federal de Salvador, juiz federal.

de progresso. Por falta de cooperação externa no campo das idéias políticas, o desenvolvimento político das nações tem sido bastante lento. Por si só, torna-se difícil ou até impossível um povo desenvolver-se politicamente. Eis porque a Europa demorou séculos para atingir a um nível que tem sido considerado de bom desenvolvimento político.

Só a civilização tem sido capaz de manter relativa concórdia entre as nações. As lutas armadas que eclodem aqui e ali refletem o grau de atraso político dos beligerantes.

No plano interno, a comunidade de cada país tem grande responsabilidade no desenvolvimento político da nação. Não cabe apenas ao governo essa missão. O papel deste, nesse processo, será mais de coadjutor, oferecendo ajuda e estímulo à formação política do indivíduo, a fim de que o povo se capacite para escolher seus representantes políticos e apontar soluções para seus problemas.

É absolutamente certo o que afirma James Hatfield: o povo que espera tudo do governo, que todas as soluções venham do governo, é um povo que tem as faculdades mentais desenvolvidas pela metade.

No que tange ao Brasil, podemos citar alguns problemas que reclamam urgente soluções e ingentes esforços, quer do governo como da própria comunidade: reformas do sistema educacional, do Poder Judiciário, do sistema eleitoral, da ordem jurídica e a educação do menor abandonado.

Basta que se diga algo sobre uma dessas reformas — a do Poder Judiciário, por exemplo, para que os representantes políticos e o povo se convençam de sua necessidade inadiável, e reflitam a respeito da responsabilidade que devem assumir em sua realização.

O Poder Judiciário é uma força de equilíbrio entre os poderes do Estado, e de contenção dos impulsos e das agitações populares, contribuindo, desse modo, para a estabilidade política da nação. Essa sua missão no Estado moderno poderá assumir importância cada vez maior, porque atualmente a desordem e a insegurança predominam em todas as relações sociais.

Esse estado de coisas está a exigir que o Poder Judiciário passe por algumas transformações. Sua reforma terá que ser de natureza estrutural, funcional e seletiva. Enquanto não se tiver um Poder Judiciário independente e capacitado para cumprir sua missão histórica, não se poderá pensar em mudança democrática no regime político que adotamos.

A propósito da importância do Poder Judiciário no mecanismo de funcionamento do sistema democrático, temos a opinião insuspeita do eminente cientista político Maurice Duverger. Diz ele:

"Nossa descrição das instituições inglesas seria incompleta e mesmo falsa por falta de perspectiva se não insistíssemos sobre a independência do juízes e sobre a importância de suas funções no mecanismo do regime.

Cercado de um respeito unânime, aproveitando de uma situação material honrosa, livre das preocupações e dos liames de um avanço hierárquico complicado, consciente e orgulhoso de sua autonomia, o juiz inglês é um verdadeiro garante das leis e das liberdades britânicas, que ele

protege tanto contra os abusos dos particulares como contra as usurpações das autoridades públicas.

Armado pelo *habeas corpus*, do poder de impedir toda prisão e detenção arbitrária por qualquer causa, jamais hesita em utilizar essa prerrogativa, permanecendo estranho às pressões do Estado como aos arroubos da paixão popular. O exemplo inglês mostra que a garantia das liberdades e dos direitos dos cidadãos reside na separação do Poder Judiciário em relação às outras funções governamentais, e não mais, como se pensava na França, na separação do Legislativo de um Executivo de que o Judiciário não passa de uma das manifestações particulares."[1]

De fato, há grande equívoco quando se afirma que a garantia dos direitos do cidadão está na separação dos poderes Legislativo e Executivo. Assim poderá ter sido na democracia do *laissez faire, laissez passer*. Na democracia liberal-social as condições são outras e o Poder Legislativo assumiu responsabilidade diferente na organização do governo.

Oliveira Vianna, que também não era magistrado, em trabalho publicado na década de 20, escreveu página que retrata uma realidade que até hoje não tem despertado o interesse de nossos representantes políticos nem tem sido compreendida pela grande maioria do povo brasileiro. Eis a lição do ilustre pensador político:

"Ora, a verdade é que é possível existir um regime de perfeita liberdade civil sem que o povo tenha a menor parcela de liberdade política: e o governo do bom tirano é uma prova disto. Mas seria pueril conceber a existência de um regime de liberdade política sem a condição preliminar da liberdade civil.

Este é o grande equívoco dos nossos agitadores liberais. Aliás, já demonstramos alhures que, durante a fase da nossa formação histórica, o que impediu nas camadas populares a formação do verdadeiro cidadão, do homem público à maneira inglesa — com a sua consciência cívica, a sua independência política, a sua combatividade eleitoral, a sua confiança no direito e na lei — foi justamente a ausência da liberdade civil, devido à desorganização geral da justiça durante o período colonial e, depois, à fraqueza dela durante o Império.

É fundamental, pois, a importância da organização da justiça como um dos meios de dar realidade à nossa democracia em letra de forma. Pode-se dizer mesmo que, se até hoje não temos tido nem liberdade civil, nem liberdade política, é principalmente porque nunca tivemos uma eficiente organização da justiça."[2]

O povo brasileiro continua desconhecendo todos os nossos problemas e demonstrando a respeito deles total indiferença. Por igual, o Poder Legislativo também não tem maiores conhecimentos sobre as reformas institucionais que o Brasil reclama. Daí por que não tem dado qualquer contri-

[1] Duverger, M. *Os regimes políticos*. 2. ed. S. Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966. p. 74 e 75.

[2] Oliveira Vianna. *Problemas de política objetiva*. 3. ed. S. Paulo, Distribuidora Record, 1974. p. 65.

buição válida ao desenvolvimento político nacional. Pode-se dizer mesmo que, se a modernização por que passa nosso País não vem atingindo todos os campos do Poder Nacional, é devido ora à omissão, ora ao despreparo dos representantes políticos, a par da incapacidade do povo de obter, pelo menos, informações acerca desses problemas. Essa incapacidade aumenta cada vez mais diante da complexidade da vida moderna, que quer soluções pluridisciplinares para os problemas que surgem. Já não é mais possível estudar e resolver separadamente um problema.

Os políticos brasileiros ainda estão vivendo a agitação liberal de que fala Oliveira Vianna, preocupados apenas com a democracia política. Não faltam a alguns deles elevados propósitos ao analisarem a problemática política nacional. Sua contribuição, no entanto, não tem edificado porque não consegue ir além do lirismo político, em que só poderá florescer a democracia do *laissez faire, laissez passer*. Mas a democracia política já foi suplantada pelas novas exigências sociais, não tendo conseguido sequer organizar a liberdade individual.

Ao povo brasileiro e a seus representantes, cabe proporcionar o ambiente em que possa prosperar o regime democrático. Essa é sua responsabilidade maior. Essa é a missão que lhes está reservada, e que exige bastante tempo para ser cumprida, se providências forem tomadas desde agora. Talvez só no período de duas gerações o Brasil tenha condições de adotar a democracia como regime político. Qualquer tentativa antes do tempo previsto representará um retrocesso em nossa evolução política. Temos que nos esforçar para recuperar o tempo perdido e começarmos antes que seja tarde demais.

Algumas críticas têm sido feitas aos técnicos e aos economistas, que nos parecem injustas. Não são eles responsáveis pela crise de nossa civilização. A seu modo, estão os tecnocratas e os economistas cumprindo seu papel. Aos cientistas políticos, aos juristas, aos sociólogos, aos psicólogos, enfim, a todos aqueles que militam no campo das ciências sociais, pela sua omissão em não oferecerem soluções para os problemas políticos e sociais, cabe a culpa pela crise que estamos vivendo.

No Brasil, ainda se costuma criticar os militares por se encontrarem à frente do Governo. Ao invés de criticá-los, a eles devemos agradecer os relevantes serviços prestados à Nação brasileira em seus momentos de crise política. A partir de 1964, eles vêm proporcionando as condições materiais e o clima de segurança de que necessita a Nação brasileira para promover seu desenvolvimento político.

Ao povo brasileiro cumpre assumir outra atitude diante dos problemas nacionais. Abandonar a posição de expectativa ou, por vezes, contestatória em que se encontra. Deverá preparar-se para assumir um papel atuante no seio da comunidade, de forma que possa dar sua contribuição ao Governo na condução da sociedade. Deve evitar a crítica quando não tem algo a oferecer; deve se convencer de que qualquer mudança política para que vise ao bem comum exige a participação consciente do povo. O Governo sozinho não terá condições de mudar o curso da história.

A propósito da fragilidade de nossos sistemas e da participação que todos nós devemos ter na solução de nossos problemas, Morris West faz oportuna advertência que merece ser transcrita. Escreve o autor citado:

"Contra todos os testemunhos da história, ainda alimentamos a ilusão de que poderemos apoiar-nos indefinidamente nos sistemas que nós mesmos criamos.

Ficamos escandalizados quando os sistemas se mostram frágeis demais para suportar o peso de nossos empreendimentos e de nossas esperanças.

Acreditamos ainda que o governo é uma forma de magia que absorve dos governados a responsabilidade pessoal e investe os governantes de uma espécie de divindade.

Elevamos um homem forte ao governo sobre nós, esquecidos de que ele é mortal e corruptível.

Elegemos assembléias para governar-nos e estranhamos que os seus componentes sejam tão ignorantes, egoístas e medíocres como nós.

Aceitamos leis cujo texto nunca lemos e reclamamos das injustiças que geram."

Em outro passo, continua o mesmo autor:

No fim, somos atacados da paralisia do desespero. Somos tão pequenos, nossos sistemas são tão instáveis, o mundo é tão complexo que todos os nossos esforços parecem inúteis. Raspamos os últimos frutos para fazer uma refeição demente antes que a idade glacial nos envolva a todos.

Hoje em dia, esse espírito de apatia, de desilusão e fria indiferença nos aflige a todos, em maior ou menor grau. Isso nos põe a todos em perigo, sujeitando-nos à tirania ou ao caos."

Em seu trabalho, rico de ensinamentos e que revela profunda preocupação pelo destino político do homem, Morris West concluiu, sugerindo que o homem mude de comportamento para que possa enfrentar os desafios de nosso tempo. Afirma ele:

"Creio que o remédio é simples mas doloroso.

Cada um de nós deve assumir plena responsabilidade pessoal na administração da sociedade. Nenhum de nós pode eximir-se dessa responsabilidade ou delegá-la à coletividade anônima (o grifo não é do original).

Temos de criar ordem em nós mesmos e em nosso meio. Não devemos criar um tirano que a imponha por nós. Devemos ser justos por nós mesmos — justiça pessoal, justiça social — antes que reclamemos justiça dos outros. Temos de oferecer amor primeiro, ainda que o amor com que nos retribuam seja menor que o que esperamos. É esse o verdadeiro contrato social, sem o qual nenhum outro contrato pode subsistir.

Devemos considerar-nos responsáveis, pessoalmente responsáveis por tudo o que é feito em nosso nome por nossos representantes ou pelos funcionários públicos pagos com o dinheiro dos nossos impostos. Devemos protestar pessoalmente contra a legislação errada e o serviço infiel. Temos de reconhecer que uma doença no organismo político é uma doença em nosso organismo e que nos cabe o dever de cooperar pessoalmente na cura."

E arremata o autor citado:

"Não é um sistema que nos salvará. Somos nós mesmos que nos salvaremos, um por um, um a um, cada um a todos e todos a cada um."

Não será fácil a qualquer povo assumir a responsabilidade tão bem descrita por Morris West. Em um país que já tenha conseguido elevado nível de educação política, isso será possível através de simples trabalho de conscientização que leve aos indivíduos o hábito de viverem comunitariamente, cada um assumindo responsabilidades comuns e procurando soluções para os problemas comuns. No Brasil, ainda estamos longe de atingir esse estágio. Temos de queimar muitas etapas para chegar até lá.

De um momento para outro, não se pode transformar o indivíduo em cidadão. Essa transformação exige um trabalho de catequese, lento, constante e sem compromisso, a não ser com a Nação. Temos que nos libertar de muitos vícios que tornam ilegítimo o processo de escolha dos representantes políticos. São vícios oriundos de um sistema que se implantou na República Velha em substituição à nobreza de títulos do período anterior. Trata-se do coronelismo, "estrutura política por intermédio da qual os chefes de clãs rurais e grandes latifundiários assumiram o controle da ação política", conforme define João Camillo de Oliveira Torres.[3]

O coronelismo, que se fundava sobretudo em uma troca de proveitos entre o pôder público em franca ascensão e o poder privado decadente dos chefes locais, principalmente dos senhores de terra, permitiu que se implantasse no Brasil um regime político oligárquico, ao invés da democracia que muitos julgam haver existido neste País. Mandonismo, filhotismo, falseamento do voto, desorganização dos serviços públicos locais, são as principais características desse subsistema político, que ainda hoje existe no interior do Brasil, embora com menor intensidade.

A estrutura agrária brasileira tem sido a forte base de sustentação do coronelismo, que, mantendo a dependência do elemento rural ao fazendeiro, não tem permitido o contato direto dos políticos com essa parcela do eleitorado brasileiro. Uma passagem da obra clássica sobre o assunto, de autoria de Victor Nunes Leal, retrata, com cores bem vivas, a situação de dependência a que nos referimos. Escreve o autor citado:

"E assim nos aparece este aspecto importantíssimo do 'coronelismo', que é o sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os 'coronéis', que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder das desgraças."[4]

Para manter a situação descrita, firmou-se um compromisso entre o poder público e os chefes locais: as eleições eram realizadas de acordo com a vontade do governante. Em contrapartida, o Poder Público ficava obrigado a conceder extensos favores, pessoais ou não, aos políticos que obedeciam à orientação do Governo. Somente por indicação daqueles,

[3] Oliveira Torres, João Camillo de. *Estratificação social no Brasil.* São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1965. p. 82.

[4] Nunes Leal, Victor. *Coronelismo, enxada e voto.* Rio, 1949. p. 89.

seriam nomeados os funcionários estaduais: professores primários, coletores, serventuários da justiça, promotores públicos, inspetores de ensino primário etc. Sem a indicação do chefe político local, o governo estadual não poderia nomear nem mesmo candidato de sua preferência, a fim de evitar a quebra do prestígio daqueles.

A influência do chefe político local não se limitava ao provimento dos cargos estaduais. Coletores federais, escrivães de coletoria, auxiliares de coletoria, agentes do correio, inspetores de ensino secundário e comercial, enfim toda uma gama de servidores federais era nomeada a pedido do chefe político local.

Por outro lado, não dispondo as municipalidades de recursos financeiros para prover suas necessidades, o Estado fornecia auxílio aos municípios para a construção de estradas, pontes, escolas, hospitais, esgotos e fornecimento de água e energia elétrica. Como lembra João Camillo de Oliveira Torres, a fraqueza financeira dos municípios representa um fator que contribui de forma relevante para manter o coronelismo na sua expressão governista. É importante que se advirta que a experiência não aconselha que se dê maior autonomia financeira aos municípios, porquanto a situação continuaria a mesma, ou talvez pior.

Na lista de favores do subsistema coronelista, assumem relevo especial as figuras do delegado e subdelegado de polícia. No interior de cada estado, nem sempre a polícia está a serviço da comunidade para garantir a ordem e dar cumprimento às determinações da justiça. Nomeadas de acordo com as preferências dos chefes locais, as autoridades policiais, geralmente, colocam-se à disposição dos políticos para apoiá-los na perseguição aos adversários. Pela soma de arbitrariedades que praticam, seu poder é superior ao do juiz, que não dispõe de meios para coibir os abusos da polícia. Ao contrário, muitas vezes, o juiz fica também na dependência da autoridade policial.

Algumas vezes, o delegado de polícia discorda da orientação recebida do chefe local ou deixa de atender aos pedidos políticos que lhe são feitos. A recompensa não tarda. A título de punição, é removido para outra localidade. Retirar um delegado de polícia de uma cidade representa uma das maiores demonstrações de força ou prestígio do chefe político local, junto ao governante.

A maior culpa pela ação arbitrária da polícia ou por sua omissão diante dos infratores da lei e dos perturbadores da ordem cabe, como se vê, ao sistema político que ainda perdura no interior do País. Vivendo em ambiente que se alimenta do caldo de uma subcultura, a autoridade policial, inevitavelmente, sofre as condicionantes do meio. A única opção que se lhe oferece é viver de malas arrumadas, sempre preparado para pousar aqui e ali. Para resistir às pressões políticas, porém, ela acarreta prejuízos que não pode suportar, além de essa atitude não proporcionar qualquer modificação ao subsistema coronelista.

Nesse ambiente de dependência econômica do povo ao "coronel" e no qual as liberdades civis sofrem restrições da ação policial, esse mesmo

povo tem sido chamado a escolher seus representantes. Pura ilusão. A participação do povo no processo político, sobretudo da parcela que vive no campo, tem sido meramente decorativa.

Oliveira Vianna retrata bem essa situação em sua obra já citada:

"O problema da organização política do Brasil não está nesta democracia de sufrágio universal, em que obstinadamente insistimos há mais de um século. Em boa verdade, nestes 120 anos de regime democrático, o povo brasileiro não chegou a formar uma tradição democrática: para ele, a democracia — com as suas eleições periódicas, as suas agitações, os seus comícios e propagandas — só lhe dá incomodidades. Esta aspiração pela democracia, aliás, não vem do povo-amassa; é pura criação do 'marginalismo' das nossas elites políticas. O nosso povo-massa não se inquieta pela democracia — de que nunca teve mesmo uma noção exata.

O que o nosso povo-massa pede aos governos — eleitos ou não-eleitos, pouco importa — é que eles não o inquietem no seu viver particular. Equivale dizer: o que interessa ao nosso povo-massa é a liberdade civil e individual. Este amor pela liberdade (e não propriamente pela democracia) já bem o compreendera José Bonifácio, quando dizia: 'Os brasileiros são entusiastas do belo ideal, amigos da sua liberdade, e mal sofrem perder as regalias que uma vez adquiram.' "[5]

Reportando-se à tese do autor de *Problemas de política objetiva,* escreve o grande historiador e pensador mineiro, João Camillo de Oliveira Torres:

"Sem liberdades civis efetivamente garantidas, sem autêntica liberdade pessoal, o direito de voto é uma burla e uma contrafação: como permitir que uma pessoa materialmente incapaz de dispor de seu destino pessoal possa ter meios de fixar 'livremente' o destino coletivo?"[6]

O direito de voto no Brasil não se tem constituído em burla apenas por faltar ao povo independência econômica ou segurança nas relações sociais. É o próprio sistema eleitoral o maior responsável pela inutilidade do sufrágio universal entre nós. Constitui ele um elemento decisivo do subsistema coronelista, que lhe poderá garantir por muito tempo sua sobrevivência. Na República Velha, representou tão poderoso instrumento em mãos dos políticos que chegou mesmo a subtrair do povo o prazer de participar de uma das mais importantes festas nacionais. Dizem que, em uma próspera cidade do norte de Minas Gerais, a população teve conhecimento de que ali houvera eleição pelos jornais do Rio de Janeiro. A votação foi muito simples e cômoda, para os candidatos como para os próprios eleitores: apenas as autoridades participaram do ato. Fizeram a ata da votação e da apuração, com o resultado que pretendiam. Esse processo é conhecido por eleição "a bico de pena", a mais famosa das fraudes conhecidas. Além das autoridades, delas fazem parte peritos em assinaturas e em confecção de atas, que preenchem "com curiosas rubricas e

[5] Oliveira Vianna. *Instituições políticas brasileiras.* Rio de Janeiro. v. 2, p. 237-42.
[6] Oliveira Torres. op. cit. p. 95.

garranchos analfabetos" a lista de presença. O processo era completado pelo "reconhecimento de poderes", ou pela "degola" a cargo do Congresso, que proclamava eleitos os candidatos que os líderes da situação predominante já haviam escolhido.

As fraudes eram praticadas em todos os estágios do processo eleitoral: no alistamento, na eleição, na apuração e no reconhecimento de poderes.

Relata João Camillo de Oliveira Torres que, por volta de 1925, em Itabira, Minas Gerais, um adolescente foi convidado para testemunhar um casamento de pessoas da "roça". Realizado o ato, foi expedida uma certidão para provar a maioridade da testemunha e instruir seu pedido de alistamento.[7] As modalidades de fraudes no alistamento são muitas, dando margem a denúncias de cidades com eleitores superiores à sua população. São eleitores com dupla inscrição, pessoas falecidas que continuam votando, eleitores que votam em dois municípios ou em dois estados, etc. O "fósforo", eleitor que vota por outro, tornou-se uma modalidade de fraude conhecida internacionalmente.

Os roubos de urnas para substituição de votos, inclusive, algumas delas com fundo falso; a confecção de mapas de apuração fraudulentos são outros tipos de irregularidades verificadas em eleições.

O sistema eleitoral que acaba de ser descrito tem servido de suporte ao regime político que os brasileiros insistem em denominar de democracia e que, na verdade, só pode ser definido como oligarquia. Um regime político estruturado desse modo, embora simule adotar a eleição como forma de investidura dos governantes, não passa de uma oligarquia com roupagem de democracia. O sufrágio universal que pretende utilizar na escolha dos governantes, pelos vícios que encerra, não pode ser considerado uma forma democrática de investidura. É simples cooptação disfarçada de eleição. A um regime político com tais características, falta legitimidade.

Dir-se-á que o coronelismo está quase desaparecido. Muitos de seus vícios já não existem. Alguma coisa mudou, não resta dúvida. A evolução política brasileira, entretanto, tem sido bastante lenta. O povo continua despreparado para escolher seus representantes. Não sabe porque vota e nem em quem vota. Comparece às urnas compulsoriamente para pagar um favor pessoal, cumprir ordem de seu protetor político, ou dar um voto por amizade ou simpatia. E ainda que estivesse capacitado a fazê-lo, continuaria obrigado a votar em candidatos que não apresentam condições de representar a sociedade. No Brasil, até hoje inexiste qualquer lei que estabeleça pré-requisitos para os candidatos aos cargos eletivos, como também não existe curso de preparação para os políticos. Não se lhes exige nenhuma prova de capacidade. Basta que sejam eleitores e que tenham idade para receber voto. Ao povo brasileiro, não se oferece qualquer opção.

É certo que nas capitais dos estados existe uma parcela mais esclarecida do eleitorado. Ainda assim seu nível de educação política permanece baixo. Continua exaltando os valores do liberalismo, sem compreender sua

[7] Oliveira Torres. op. cit. p. 103.

verdadeira dimensão; continua sem saber a distinção entre democracia e oligarquia e por isso confunde os dois regimes políticos; não se apercebeu ainda que lhe falta opção na escolha dos candidatos aos cargos eletivos. Por último, acredita que o sufrágio é uma conquista exclusiva da democracia, e que constitui a única arma de que se vale o democrata para limitar o poder político. Em muito pouco, a participação dessa parcela do eleitorado brasileiro difere da do comum do povo. Por enquanto, nem uma nem outra tem qualquer contribuição a dar ao aperfeiçoamento de nossas instituições e do regime político que adotamos.

O brasileiro, de um modo geral, ainda não conseguiu libertar-se de certos modos de vida incompatíveis com o regime democrático, mesmo porque, como lembra Oliveira Vianna, nunca teve uma noção exata do que seja democracia. Pouco progresso tem havido em seus hábitos e costumes. Sua mentalidade e suas atitudes não mudaram.

Ao contrário do que pensa uma parcela expressiva da sociedade, a solução para nossos problemas políticos não pode ser encontrada em mais um ato jurídico a somar a tantos outros que vigem no País, sem que o povo tenha conhecimento deles e cumpra suas disposições. "A normalidade democrática", expressão que aparece diariamente na imprensa, não se consegue pela votação de outra constituição, como defendem alguns com bastante ardor e convicção. A Nação não está a necessitar de normas jurídicas para resolver seus problemas institucionais. A solução terá que ser baseada na educação. Esse é o nosso grande desafio. A função educativa da lei é apenas de natureza disciplinar.

A democracia ainda não foi implantada neste país por falta de condições. Enquanto o povo brasileiro não modificar sua concepção de vida societária, não estará preparado para deliberar sobre o regime político que sempre almejou.

A distensão reclamada por nossos políticos só poderá ser alcançada através da educação política do povo e da formação de quadros dirigentes. Será a conseqüência de um processo, e não uma solução imediata. Para evitar problemas políticos incontornáveis, deveremos compreender nossa realidade. Cabe a propósito refletir sobre o conselho de um grande ideólogo do liberalismo do século XIX, John Stuart Mill, que assim se expressou: "Por algum tempo, seria mais prudente deixar o poder nas mãos de uma elite relativamente experiente e bem educada."[8]

A distensão política não poderá ser defendida como a volta ao *status quo ante*. Só poderá ser compreendida como um processo de aperfeiçoamento de nossas instituições. Nesse sentido, os partidos políticos deveriam estar empunhando certas bandeiras, como as reformas urgentes do sistema eleitoral, do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, naquilo que couber na presente conjuntura. Seriam corretivos para nossos males, que poderiam ser alcançados a curto prazo.

[8] Cf. Watins, Frederick M. *A idade da ideologia*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1966. p. 83.

A longo prazo, temos que promover a educação política do homem brasileiro, único meio de capacitá-lo para decidir sobre seu destino político. De outra forma, grande parte de nosso povo não terá condições de participar do processo político, a não ser para criar problemas à vida da Nação. Temos que formar o cidadão para o exercício da liberdade com responsabilidade. Esse trabalho, para ser coroado de êxito, terá que partir do jovem, nele incluindo também a formação do homem. Já disse um grande pensador: "Educai a criança que não será necessário punir o homem."

É preciso que o brasileiro se conscientize de que os deveres do cidadão não se restringem apenas a votar, pagar imposto e prestar serviço militar. Outros deveres ele precisa assumir, entre os quais conhecer as instituições políticas do País; amar a essas instituições; participar de grupos sociais e comunitários; cultivar e difundir o espírito comunitário; educar-se para o exercício da cidadania e da liberdade; capacitar-se para exercer o poder político; preservar os valores morais e espirituais da comunidade; acompanhar a ação dos governantes e defender os valores democráticos.

Por outro lado, temos que tentar afastar certas características do povo brasileiro, como seja: fé absoluta nos dotes naturais, isto é, qualidades não-adquiridas; falta de espírito público; tendência ao sectarismo político; fidelidade ao chefe político, etc.

Para realizar esse empreendimento, a sociedade brasileira terá que se organizar com a colaboração de homens de pensamento e ação. Não esperar que o Governo encontre todas as soluções para os problemas políticos da Nação. Nessa tarefa, a ação do poder público deve ser coadjuvante, sem prejuízo da adoção de certas medidas preparatórias, que visem ao desenvolvimento de um eficiente programa de formação de professores de educação moral e cívica e de política, para afinal intensificar o ensino dessas disciplinas.

Essa responsabilidade as universidades brasileiras já deviam ter assumido.